



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE - DPC/CGPLAM/DLOG/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08200.028010/2023-60

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Coletes Balísticos de uso ostensivo e velado e patches colantes para atender as necessidades dos servidores da Polícia Federal nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES							
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR TOTAL UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
-	1	Coletes balísticos para a utilização tanto ostensiva quanto velada	398266	Unidade	17481	R\$ 4.077,51	R\$ 71.278.952,31
<u>G1</u>	2	<i>Patches dorsal</i> , em sistema de <i>velcro</i> , emborrachados: escrita "POLÍCIA FEDERAL.	430340	Unidade	17971	R\$ 103,11	R\$ 1.852.989,81

G2	3	<i>Patches dorsal</i> , em sistema de velcro, <b>bordado:</b> escrita "POLÍCIA FEDERAL	430340	Unidade	17931	R\$ 122,93	R\$ 2.204.257,83
<b><u>G1</u></b>	4	<i>Patches frontal</i> , em sistema de velcro, <b>emborrachado</b> contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	16971	R\$ 103,11	R\$ 1.749.879,81
G2	5	<i>Patches Frontal</i> , em sistema de velcro, <b>bordado</b> , contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	16931	R\$ 122,93	R\$ 2.081.327,83
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 79.167.407,59</b>

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso, haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelos fatores de correção detalhados no Anexo IV - Modelo de Propostas, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a importação dos Estados Unidos - US de acordo com as NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) específicas de cada item, cujas alíquotas podem ser consultadas no site do [Siscomex](#).

ÓRGÃO GERENCIADOR							
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-	1	Coletes balísticos para a utilização	398266	Unidade	15000	R\$ 4.077,51	R\$ 61.162.650,00

		tanto ostensiva quanto velada					
<b><u>G1</u></b>	2	<b><i>Patches dorsal, em sistema de velcro, emborrachados: escrita "POLÍCIA FEDERAL.</i></b>	430340	Unidade	15000	R\$ 103,11	R\$ 1.546.650,00
G2	3	<b><i>Patches dorsal, em sistema de velcro, bordado: escrita "POLÍCIA FEDERAL</i></b>	430340	Unidade	15000	R\$ 122,93	R\$ 1.843.950,00
<b><u>G1</u></b>	4	<b><i>Patches frontal, em sistema de velcro, emborrachado contendo o brasão do Órgão.</i></b>	430340	Unidade	15000	R\$ 103,11	R\$ 1.546.650,00
G3	5	<b><i>Patches Frontal, em sistema de velcro, bordado, contendo o brasão do Órgão.</i></b>	430340	Unidade	15000	R\$ 122,93	R\$ 1.843.950,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 67.943.850,00</b>

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso,

haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelos fatores de correção detalhados no Anexo IV - Modelo de Propostas, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a importação dos Estados Unidos - US de acordo com as NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) específicas de cada item, cujas alíquotas podem ser consultadas no site do [Siscomex](#).

PARTICIPANTE:							
UASG: 80021 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIAO							
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-	1	Coletes balísticos para a utilização tanto ostensiva quanto velada	398266	Unidade	40	R\$ 4.077,51	R\$ 163.100,40
<b>G1</b>	2	<i>Patches dorsal, em sistema de velcro, emborrachados: escrita "POLÍCIA FEDERAL.</i>	430340	Unidade	40	R\$ 103,11	R\$ 4.124,40
	4	<i>Patches frontal, em sistema de velcro, emborrachado contendo o brasão do Órgão.</i>	430340	Unidade	40	R\$ 103,11	R\$ 4.124,40
TOTAL							R\$ 171.349,20

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso, haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelos fatores de correção detalhados no Anexo IV - Modelo de Propostas, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a importação dos Estados Unidos - US de acordo com as NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) específicas de cada item, cujas alíquotas podem ser consultadas no site do [Siscomex](#).

PARTICIPANTE:							
---------------	--	--	--	--	--	--	--

UASG: 928093 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-	1	Coletes balísticos para a utilização tanto ostensiva quanto velada	398266	Unidade	500	R\$ 4.077,51	R\$ 2.038.755,00
<u>G1</u>	4	<i>Patches frontal, em sistema de velcro, emborrachado</i> contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	500	R\$ 103,11	R\$ 51.555,00
G2	5	<i>Patches Frontal, em sistema de velcro, bordado,</i> contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	500	R\$ 122,93	R\$ 61.465,00
TOTAL							R\$ 2.151.775,00

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso, haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelos fatores de correção detalhados no Anexo IV - Modelo de Propostas, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a importação dos Estados Unidos - US de acordo com as NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) específicas de cada item, cujas alíquotas podem ser consultadas no site do [Siscomex](#).

PARTICIPANTE

**UASG: 927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA**

<b>GRUPO</b>	<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATMAT</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE TOTAL</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
-	1	Coletes balísticos para a utilização tanto ostensiva quanto velada	398266	Unidade	400	R\$ 4.077,51	R\$ 1.631.004,00
<b><u>G1</u></b>	2	<b><i>Patches dorsal</i></b> , em sistema de <b><i>velcro</i></b> , <b>emborrachados</b> : escrita "POLÍCIA FEDERAL.	430340	Unidade	1400	R\$ 103,11	R\$ 144.354,00
G2	3	<b><i>Patches dorsal</i></b> , em sistema de velcro, <b>bordado</b> : escrita "POLÍCIA FEDERAL	430340	Unidade	1400	R\$ 122,93	R\$ 172.102,00
<b><u>G1</u></b>	4	<b><i>Patches frontal</i></b> , em sistema de <b><i>velcro</i></b> , <b>emborrachado</b> contendo o brasão do Órgão.	430340	Unidade	1400	R\$ 103,11	R\$ 144.354,00
G2	5	<b><i>Patches Frontal</i></b> , em sistema de <b><i>velcro</i></b> , <b>bordado</b> ,	430340	Unidade	1400	R\$ 122,93	R\$ 172.102,00

		contendo o brasão do Órgão.				
TOTAL						R\$ 2.263.916,00

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso,

haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelos fatores de correção detalhados no Anexo IV - Modelo de Propostas, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a importação dos Estados Unidos - US de acordo com as NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) específicas de cada item, cujas alíquotas podem ser consultadas no site do [Siscomex](#).

PARTICIPANTE							
UASG: 80019 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIAO							
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-	1	Coletes balísticos para a utilização tanto ostensiva quanto velada	398266	Unidade	41	R\$ 4.077,51	R\$ 167.177,91
<u>G1</u>	2	<i>Patches dorsal</i> , em sistema de <i>velcro</i> , <b>emborrachados</b> : escrita "POLÍCIA FEDERAL.	430340	Unidade	31	R\$ 103,11	R\$ 3.196,41
G2	3	<i>Patches dorsal</i> , em sistema de velcro, <b>bordado</b> : escrita	430340	Unidade	31	R\$ 122,93	R\$ 3.810,83

		"POLÍCIA FEDERAL					
<b><u>G1</u></b>	4	<i>Patches frontal, em sistema de velcro, <b>emborrachado</b> contendo o brasão do Órgão.</i>	430340	Unidade	31	R\$ 103,11	R\$ 3.196,41
G2	5	<i>Patches Frontal, em sistema de velcro, <b>bordado</b>, contendo o brasão do Órgão.</i>	430340	Unidade	31	R\$ 122,93	R\$ 3.810,83
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 181.192,39</b>

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso,

haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelos fatores de correção detalhados no Anexo IV - Modelo de Propostas, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a importação dos Estados Unidos - US de acordo com as NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) específicas de cada item, cujas alíquotas podem ser consultadas no site do [Siscomex](#).

PARTICIPANTE							
UASG: 400045 - COORDENAÇÃO GERAL DE REC. LOGÍSTICOS - MTPS							
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-	1	Coletes balísticos para a utilização	398266	Unidade	1500	R\$ 4.077,51	R\$ 6.116.265,00



		tanto ostensiva quanto velada					
<b>G1</b>	2	<b>Patches dorsal</b> , em sistema de <i>velcro</i> , emborrachados: escrita "POLÍCIA FEDERAL.	430340	Unidade	1500	R\$ 103,11	R\$ 154.665,00
G2	3	<b>Patches dorsal</b> , em sistema de velcro, <b>bordado</b> : escrita "POLÍCIA FEDERAL	430340	Unidade	1500	R\$ 122,93	R\$ 184.395,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 6.455.325,00</b>

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso, haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelos fatores de correção detalhados no Anexo IV - Modelo de Propostas, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a importação dos Estados Unidos - US de acordo com as NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) específicas de cada item, cujas alíquotas podem ser consultadas no site do [Siscomex](#).

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021](#).
- 1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período e em suas quantidades, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.7. as licitantes estrangeiras deverão prever no preço do objeto o valor do seguro de transporte internacional, frete internacional, desembaraço aduaneiro e demais custos, impostos e tarifas aplicáveis, considerando os termos internacionais de comércio - incoterms 2010 - dpu – delivered at place unloaded - bem como prever o custo com armazenagem, capatazia, transporte/frete até o local de entrega na cidade de Brasília-DF, Brasil. Bem como a "equalização tributária" com fulcro no § 4º, art. 52 da lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, contida no Anexo Modelo de Propostas de forma a preservar a competição e isonomia na licitação, a ser definida em edital.

1.8. O NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) é um sistema de classificação de mercadorias fundamental para o comércio internacional, incluindo as licitações. Ele atribui um código numérico único a cada produto, padronizando a identificação em todo o bloco do Mercosul. Ao utilizar o código NCM no edital de licitação, o órgão público garante que todos os licitantes compreendam exatamente qual produto ou serviço está sendo adquirido. Isso evita divergências de interpretação e possibilita uma comparação mais justa entre as propostas. O código NCM define a alíquota dos impostos incidentes sobre a mercadoria, como o Imposto de Importação. Essa informação é crucial para o cálculo do preço final do produto e para a comparação entre as propostas. O NCM é utilizado para verificar se a mercadoria entregue corresponde àquela descrita no edital. Isso evita a entrega de produtos não conformes e garante que o órgão público adquira exatamente o que precisa. O código NCM é utilizado pela Receita Federal para o controle aduaneiro das mercadorias importadas. Ao utilizar o NCM correto, o importador agiliza o processo de desembaraço aduaneiro e evita problemas com a fiscalização. O NCM é baseado no Sistema Harmonizado (SH), um sistema internacional de classificação de mercadorias. Ao utilizar o NCM, o Brasil se alinha às práticas internacionais e facilita o comércio com outros países. A aplicação da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) é uma exigência legal no Brasil e nos demais países Mercosul. É uma ferramenta indispensável para garantir transparência nas operações de tributação de mercadorias.

1.9. Objetivando a isenção de impostos, conforme previsões legais (Lei Federal nº 8.010/90 e Lei Federal nº 8.032/90), o processo de importação do bem objeto desta licitação será realizado pela empresa contratada, em nome da Polícia Federal, por meio de despachante custeado pela empresa contratada, e aprovado pela contratante;

1.10. Qualquer tributo, imposto, taxa, encargo, custo ou despesa, direto ou indireto, relacionado com o fornecimento do objeto da presente licitação, omitido ou incorretamente cotado na proposta, será considerado como incluso no preço, não sendo possível pleitear acréscimos sob esse argumento;

1.11. Serão da exclusiva e total responsabilidade da Licitante obter, dos órgãos competentes, seja no exterior, seja no Brasil, informações sobre a incidência ou não de tributos, impostos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento do objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, considerando os respectivos gravames nas suas propostas, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária ou outras correlatas.

1.12. São de responsabilidade da CONTRATADA, a obtenção da licença de importação, pagamento de seguro, transporte, depósito dos equipamentos, custos de desembaraço e todos os custos (despesas) de formalidades alfandegárias pagáveis na importação. A CONTRATANTE fornecerá toda a documentação, de sua responsabilidade, necessária à CONTRATADA para que sejam efetuados os trâmites alfandegários, objetivando a isenção de impostos, conforme previsões legais (Lei Federal nº 8.032/90).

1.13. Em caso de discordância existente entre as especificações técnicas do objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASNET/CATMAT, e as especificações constantes no ANEXO I deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.14. As **licitantes estrangeiras** deverão prever no preço do objeto o valor do seguro de transporte internacional, frete internacional, desembaraço aduaneiro e demais custos, impostos e tarifas aplicáveis, considerando os Termos Internacionais de Comércio - INCOTERMS 2010 - **DPU – *Delivered At Place Unloaded*** - bem como prever o custo com armazenagem, capatazia, transporte/frete até o local de entrega na cidade de Brasília-DF, Brasil, bem como a "equalização tributária" com fulcro no § 4º, art. 52 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021](#), contida no Anexo IV - Equalização de Preços (36637800) de forma a preservar a competição e isonomia na licitação, a ser definida em edital.

1.15. A licitação será dividida em item e grupo, sendo este último formado por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.16. O critério de adjudicação será o **menor preço por item e menor preço global do grupo**, já que haveria risco de perda de padronização. Também haveria risco à perda de economia de escala, em razão do quantitativo reduzido em relação ao quantitativo total.

- 1.17. Justificativa para o agrupamento dos itens G1 (2 e 4); e G2 (3 e 5):
- 1.18. O agrupamento dos itens G1 (2 e 4); e G2 (3 e 5), se dá devido ao principio da padronização, é um dos fundamentos da administração pública que visa garantir uniformidade, eficiência e economicidade nas contratações governamentais. O princípio da padronização estabelece que os bens e serviços adquiridos pela administração pública devem seguir especificações técnicas e padrões de qualidade previamente definidos, garantindo que estejam em conformidade com as necessidades do órgão contratante e que atendem critérios de eficiência e durabilidade. Objetivo da Padronização é evitar aquisições prejudiciais ou incompatíveis, a padronização garante que os bens sejam protegidos para sua finalidade, evitando divergências técnicas ou funcionais. Isso evitará que itens com especificações diferentes sejam adquiridos, garantindo uniformidade e padronização nos equipamentos em todo território onde a PF tem atribuição.

- 1.19. **Os itens 2; 3; 4 e 5 cujo objeto são patchs emborrachados e pacths costurados, serão divididos em dois grupos:**
- 1.20. **Grupo 1 - G1 Pacths emborrachados: itens 2 e 4;**
- 1.21. **Grupo 2 - G2 Patchs costurados: itens 3 e 5.**

ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES		
<u>GRUPO</u>	<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>
<u>G1</u> - PATCHS EMBORRACHADOS	2	<i>Patches dorsal</i> , em sistema de <i>velcro</i> , emborrachados: escrita "POLÍCIA FEDERAL.
	4	<i>Patches frontal</i> , em sistema de <i>velcro</i> , emborrachado contendo o brasão do Órgão.
<u>G2</u> - PATCHS COSTURADOS	3	<i>Patches dorsal</i> , em sistema de <i>velcro</i> , <b>bordado</b> : escrita "POLÍCIA FEDERAL
	5	<i>Patches Frontal</i> , em sistema de <i>velcro</i> , <b>bordado</b> , contendo o brasão do Órgão.

- 1.22. Os respectivos tamanhos apresentados servem como referência, tendo-se como parâmetro a geometria dos painéis balísticos dos coletes apresentados nas Especificações Técnicas deste Termo de Referência, sendo que as medidas de cada policial serão encaminhadas pela contratante, conforme base de dados das medidas dos policiais, para a empresa vencedora quando da emissão da Ordem de Fornecimento.
- 1.23. A modalidade de licitação para a aquisição de bens será o Pregão Eletrônico de ampla participação de Empresas Nacionais e de Empresas Internacionais. O sistema adotado será o de Registro de Preços com base nos incisos II e III do art. 3º do [\*Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.\*](#)
- 1.24. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: [00394494000136-0-000025/2025]
- II - Data de publicação no PNCP: [16/05/2024]
- III - Id do item no PCA: [79]
- IV - Classe/Grupo: [4240-equipamento para segurança e equipamento]
- V - Identificador da Futura Contratação: [20334-211/2025]

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Anexo I - Especificação Técnica do Objeto deste Termo de Referência

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá cumprir, no que couber, aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010:

4.1.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.4. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.5. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

- 4.1.6. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, e observados o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS/DECOR/CGU/AGU, 4.<sup>a</sup> edição, agosto/2021).
- 4.1.7. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
- 4.1.8. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- 4.1.9. Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- 4.1.10. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- 4.1.11. Outras formas vedadas pelo poder público.
- 4.1.12. A área técnica atesta que seguiu as orientações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, 7<sup>a</sup> edição, outubro/2024..

### **Da exigência de amostra**

- 4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.
- 4.3. O Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra e a submeta à Comissão de Avaliação de Amostras, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 30 (trinta) dias úteis contados da solicitação.
- 4.4. As amostras deverão estar devidamente identificadas com o número do Pregão e nome do licitante, conterem os respectivos prospectos, documentação técnica e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, marca, número de referência, código do produto e modelo.
- 4.5. As amostras deverão ser embaladas e lacradas, individualmente, de forma que permitam a conferência visual quando do recebimento pela comissão, sem que seja necessária a violação do invólucro oriundo da empresa.
- 4.6. As amostras deverão ser embaladas e lacradas, individualmente, de forma que permitam a conferência visual quando do recebimento pela comissão, sem que seja necessária a violação do invólucro oriundo da empresa.
- 4.7. As amostras serão abertas apenas no momento da realização dos testes, que será aberto para todos os interessados;
- 4.8. O licitante, de quem for solicitada amostras, deverá disponibilizar representante para acompanhar a Comissão de Avaliação de Amostras, durante toda a execução da análise.
- 4.9. Todos os itens da licitação estarão sujeitos à análise de amostra.
- 4.10. A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar 04 (quatro) amostras de coletes de tamanhos diferentes e documento especificando as medidas dos usuários a que se destinam, compatíveis com os seguintes tamanhos:
- 01 (uma) amostra tamanho PP;
  - 01 (uma) amostra tamanho P;

- 01 (uma) amostra tamanho M e
- 01 (uma) amostra tamanho G.

4.11. As amostras selecionadas para teste e separadas serão embaladas, lacradas, rubricadas pelo representante da empresa e coletadas pela Equipe Técnica de Planejamento.

4.12. A Administração não se obriga a repor os materiais danificados em decorrência das análises de testes, as amostras serão tratadas como experimentos/protótipos.

4.13. As amostras deverão ser entregues, desembaraçadas, as custas do licitante, no endereço SCN Q. 4, 5º Andar, Bloco C, setor: Divisão de Planejamento e Controle, Ed. Multibrasil Corporate - Edifício-Sede da Polícia Federal, - Bairro Asa Norte Brasília/DF CEP 70297-400, Telefone: (61) 2024-8510 E-mail: dpc.cgplam.dlog@pf.gov.br, no prazo limite de até 30 (trinta) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.14. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.16. **No caso dos coletes balísticos**, serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, consistindo em 02 (dois) testes, descritos nos Anexo II - Teste de Usabilidade e no Anexo III - Ficha do Avaliador.

- Ajuste do Colete ao Corpo: verificar o ajuste do colete velado ao corpo do policial federal ao permanecer de pé ou sentado - Teste Tipo A;
- Testes de Funcionalidade: verificar a capacidade de o policial federal realizar tarefas típicas de atividades policiais veladas sem restrição de amplitude articular quando estiver trajando o colete balístico - Teste Tipo B.

4.17. A aferição do peso e espessura das amostras dos coletes serão conduzidas por equipe de planejamento da contratação com o apoio do Instituto Nacional de Criminalística- INC/DITEC/PF

4.18. Os Testes de Usabilidade serão conduzidos por equipe de professores da Academia Nacional de Polícia - ANP/DGP/PF conforme Anexo II - Teste de Usabilidade.

4.19. Os demais licitantes poderão acompanhar os testes nas amostras descritos acima, salvo impedimento de força maior, ou por razões de segurança sanitária devidamente publicados pela Administração Pública.

4.20. As amostras deverão dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, modelo, tamanho, prazo de validade, marca, número de referência, código do produto; nível de proteção, norma de conformidade, lote e instruções de uso, manuseio e conservação. Serão observadas antes dos testes as dimensões corpóreas indicadas para cada tamanho fornecido.

4.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

- 4.23. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, cortados, alvejados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.24. As amostras fornecidas pelo licitante vencedor do certame não serão devolvidas. Elas ficarão retidas pela PF para fins comparativos com o objeto quando do recebimento provisório.
- 4.25. Tanto para a análise dos documentos técnicos, para a aferição do peso e espessura das amostras; quanto para os testes tipo A e B nas amostras dos coletes balísticos velados, será emitido um Parecer pela equipe de planejamento da contratação resultando em : (1) Aprovação, (2) Reprovação.
- 4.26. Não será aceita a proposta do licitante reprovado em algum dos testes ou que não apresentar as amostras em cada um dos tamanhos discriminados.
- 4.27. Em caso de aprovação em todas as etapas prévias (Análise dos documentos técnicos, aferição do peso e espessura; e Testes Tipo "A" e "B"), a equipe de planejamento da contratação emitirá um Relatório Final para o Pregoeiro.
- 4.28. **No caso dos PATCHS**, a Empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar uma amostras de cada PATCH licitado:
- 4.28.1. Uma amostra de PATCHS DORSAL emborrachado;
  - 4.28.2. Uma amostra de PATCHS DORSAL bordado;
  - 4.28.3. Uma amostra de PATCHS FRONTAL emborrachado; e
  - 4.28.4. Uma amostra de PATCHS FRONTAL bordado.
  - 4.28.5. Cabe ressaltar que, será feito análise de conformidade das amostras de patches com as amostras de coletes balísticos.
- 4.29. As amostras serão analisadas pela Equipe de Planejamento da Contratação, de acordo com o descrito no Anexo I - Especificação Técnica do Objeto, deste Termo de Referência e sua conformidade com as amostras de coletes balísticos solicitados nesta etapa do processo. No caso de empresa estrangeira, as amostra deverão ser entregues no local, livre e desembaraçada, não sendo vinculada à contratante qualquer procedimento de desembaraço.
- 4.30. As amostras de patches deverão ser entregues, desembaraçadas, as custas do licitante, no endereço SCN Q. 4, 5º Andar, Bloco C, setor: Divisão de Planejamento e Controle, Ed. Multibrasil Corporate - Edifício-Sede da Polícia Federal, - Bairro Asa Norte Brasília/DF CEP 70297-400, Telefone: (61) 2024-8510 E-mail: dpc.cgplam.dlog@pf.gov.br , no prazo limite de até 30 (trinta) dias úteis, após a convocação pelo pregoeiro, por mensagem no sistema, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 4.31. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 4.32. A Equipe Técnica emitirá um parecer com a análise das amostras dos Patches enviadas pela Empresa resultando em : (1) Aprovação, (2) Reprovação.
- 4.33. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues, POR EMPRESAS NÃO CONTRATADAS, deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 4.34. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

## Subcontratação

4.35. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## Garantia da contratação

4.36. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.37. O contrato oferece maior detalhamento da regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa formal da contratada e aceite da Administração Pública.

5.2. A ordem de fornecimento somente poderá ser emitida após assinatura do Contrato, e no caso de empresa estrangeira, emissão da Carta de Crédito.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues pela contratada na cidade de Brasília-DF, no endereço e horários indicados na ordem de fornecimento emitida pelo contratante, sob sua total responsabilidade. Em relação aos órgãos participantes, os locais de entrega serão os indicados na ordem de fornecimento dos referidos órgãos.

5.5. Para o item 1 - Coletes balísticos para a utilização tanto ostensiva quanto velada:

5.6. Apresentar Certificado de Conformidade (PCE), que esteja no prazo de validade e que seja de organismo credenciador autorizado pelo Exército, atendendo as exigências da Portaria nº 189-EME de 18/08/2020, podendo ser consultada a lista oficial no sítio eletrônico <http://www.dfpc.eb.mil.br/>;

5.7. Atender a [NT- SENASP nº 003/2021](#)- Coletes de Proteção Balística. (Portaria n 281, de 21 de maio de 2021) que "estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para os profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade das vestimentas, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional", ou, no caso de não possuir o Certificado de Conformidade PCE para a norma suso, apresentar Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E.U.A., norma NIJ 0101.06, para os tamanhos C1 a C5, relativo à solução balística em questão e/ou publicação vigente em Site Especializado da NIJ - "[https://www.justnet.org/compliant/ballistic\\_cpl.html](https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html)", como critério de seleção do fornecedor.



5.7.1. No caso de importação, no que couber, será necessária a obtenção de Certificado Internacional de Importação - CII e Licença de Importação - LI junto ao Exército Brasileiro, pleno atendimento da [Portaria nº 189-EME de 18/08/2020](#), ou legislação que venha a substituir.

5.7.1.1. A contratada deverá arcar com o seguro de transporte internacional, frete internacional, desembaraço aduaneiro e demais custos, impostos e tarifas aplicáveis, considerando os Termos Internacionais de Comércio - INCOTERMS 2010 - **DPU – *Delivered At Place Unloaded*** - bem como custo com armazenagem, capatazia, transporte/frete até o local de entrega em Brasília-DF.

## **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#)).

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, da seguinte forma:

7.2. Em até 120 dias após emissão de Ordem de Fornecimento de Bens, a entrega será no endereço contido na ordem, sendo para tanto utilizado o INCOTERM DPU e todos os custos da importação: seguro, frete, transporte, armazenagem, dentre outros da mercadoria até o destino serão realizados pela contratada. Estão inclusos os custos de armazenagem para o período no máximo (até 5 dias úteis) antes do desembaraço alfandegário utilizando o RADAR da PF.

7.3. A Polícia Federal ficará encarregada de realizar a escolta do transporte, desde que atendidas as condições mínimas de operacionalização, como estado de conservação do veículo da Contratada para o traslado, horário previsto, etc. para o trajeto. O Comando de Operações Táticas - COT/PF irá deliberar sobre tais condições;

7.4. Toda documentação deverá ser emitida em nome do Ministério da Justiça – Departamento de Polícia Federal – CNPJ: 00.394.494/0014-50, no seguinte endereço: SCN Q. 4, 5º Andar, Bloco C, Ed. Multibrasil Corporate - Edifício-Sede da Polícia Federal, - Bairro Asa Norte Brasília/DF CEP 70297-400, Telefone: (61) 2024-8510 E-mail: dpc.cgplam.dlog@pf.gov.br.

7.5. Todos os documentos necessários para o desembaraço aduaneiro dos produtos junto aos órgãos responsáveis deverão ser entregues sem ônus à Contratante no endereço referenciado neste item, observando a legislação vigente.

7.6. Os bens serão recebidos provisoriamente, na fábrica da empresa, de forma sumária, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a realização dos **testes previstos no Anexo V - Protocolo de Testes (40631237)**, por comissão de servidores desta EPC, Fiscalização e Instrutores, a ser definida em processo a parte, e, acaso aprovada, será confeccionado Termo de Recebimento Provisório e Autorização para Embarque; para efeito verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Os testes de Recebimento Provisório ocorrerão em horário comercial, na fábrica da Contratada, informado em mensagem no chat, devendo todas as despesas com passagem, hospedagem e alimentação dos servidores indicados ocorrerão às custas da Polícia Federal, enquanto perdurar o Recebimento Provisório.

7.8.1. Os custos dos testes ocorrerão às expensas da Contratada.

7.8.2. A Contratada deverá informar a data estimada para conclusão da produção com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, para fins de organização/planejamento da Comissão de Recebimento.

7.9. No momento do recebimento provisório, a empresa deverá apresentar, válidos e vigentes, os seguintes documentos para o item 1:

- a) Apresentar Certificado de Conformidade (PCE), que esteja no prazo de validade e que seja de organismo credenciador autorizado pelo Exército, atendendo as exigências da Portaria nº 189-EME de 18/08/2020, podendo ser consultada a lista oficial no sítio eletrônico <http://www.dfpc.eb.mil.br/>,
- b) Atender a [NT- SENASP nº 003/2021](#)- Coletes de Proteção Balística. (Portaria n 281, de 21 de maio de 2021) que "estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para os profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade das vestimentas, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional", ou, no caso de não possuir o Certificado de Conformidade PCE para a norma suso, apresentar Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E.U.A., norma NIJ 0101.06, para os tamanhos C1 a C5, relativo à solução balística em questão e/ou publicação vigente em Site Especializado da NIJ - "[https://www.justnet.org/compliant/ballistic\\_cpl.html](https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html)", como critério de seleção do fornecedor.
- c) No caso de importação, no que couber, será necessária a obtenção, pela CONTRATADA, de licenças junto ao Exército Brasileiro em relação ao desembarço aduaneiro, em pleno atendimento da Portaria nº 189-EME de 18/08/2020, ou legislação que venha a substituir.
- d) No caso de importação, no que couber, será necessária a obtenção de Certificado Internacional de Importação - CII e Licenciamento Direto de Importação - LDI ou junto ao Exército Brasileiro, pleno atendimento da Portaria nº 189-EME de 18/08/2020, ou legislação que venha a substituir.

7.10. **Os bens serão recebidos definitivamente, da seguinte forma:**

- 7.11. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.12. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 7.13. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.14. No momento do recebimento definitivo, a empresa deverá apresentar, válidos e vigentes, os seguintes documentos para o item 1:
  - a) Apresentar Certificado de Conformidade (PCE), que esteja no prazo de validade e que seja de organismo credenciador autorizado pelo Exército, atendendo as exigências da Portaria nº 189-EME de 18/08/2020, podendo ser consultada a lista oficial no sítio eletrônico <http://www.dfpc.eb.mil.br/>,
  - b) Atender a [NT- SENASP nº 003/2021](#)- Coletes de Proteção Balística. (Portaria n 281, de 21 de maio de 2021) que "estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para os profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade das vestimentas, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional", ou, no caso de não possuir o Certificado de Conformidade PCE para a norma suso, apresentar Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E.U.A., norma NIJ 0101.06, para os tamanhos C1 a C5, relativo à solução

balística em questão e/ou publicação vigente em Site Especializado da NIJ - "[https://www.justnet.org/compliant/ballistic\\_cpl.html](https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html)", como critério de seleção do fornecedor.

7.14.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.17. A Polícia Federal ficará encarregada de realizar a escolta do transporte, desde que atendidas as condições mínimas de operacionalização, como estado de conservação do veículo da Contratada para o traslado, horário previsto, etc. para o trajeto: Aeroporto ao local indicado na ordem de fornecimento de bens, em Brasília/DF. O Comando de Operações Táticas - COT/PF irá deliberar sobre tais condições;

7.18. Toda documentação deverá ser emitida em nome do Ministério da Justiça – Departamento de Polícia Federal – CNPJ: 00.394.494/0014-50, no seguinte endereço: SCN Q. 4, 5º Andar, Bloco C, setor: Divisão de Planejamento e Controle, Ed. Multibrasil Corporate - Edifício-Sede da Polícia Federal, - Bairro Asa Norte Brasília/DF CEP 70297-400, Telefone: (61) 2024-8510 E-mail: dpc.cgplam.dlog@pf.gov.br.

7.19. Todos os documentos necessários para o desembaraço aduaneiro dos produtos junto aos órgãos responsáveis deverão ser entregues sem ônus à Contratante no endereço referenciado neste item, observando a legislação vigente.

7.20. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.22. **Das condições específicas de envio por Contratada estrangeira:**

7.22.1. Enviar à Contratante, via e-mail a ser fornecido na Ordem de Fornecimento de Bens, com 03 (três) dias úteis de antecedência do embarque do produto, cópia dos documentos de embarque (por exemplo: AWB, *Commercial Invoice* e *Packing List*), com todos os detalhes, tais como: descrição e quantidade da mercadoria, data e hora de chegada, número do Conhecimento de Carga (por exemplo: AWB), número de volumes, peso bruto e líquido, valor do frete internacional e valor DPU (*Delivered At Place Unloaded*).

7.22.2. O material/produto objeto deste contrato virá acompanhado com os seguintes documentos por ocasião do embarque e/ou entrega:

7.22.2.1. Fatura Proforma ou *Proforma Invoice*;

7.22.2.2. Fatura Comercial e/ou “*Commercial Invoice*” original e assinada de próprio punho.

7.22.2.3. Via original do Conhecimento de Carga;

7.22.2.4. Lista de Embalagem ou “*Packing List*”.

7.22.2.5. Deverá constar no Conhecimento de Carga, *Comercial Invoice e Packing List* as informações inerentes do contratante.

7.23. Tendo em vista a especificidade, necessidade de testes e adequações, seguem os prazos necessários para o desenvolvimento das atividades:

7.23.1. A Comissão de Recebimento, em caso de dúvidas, poderá realizar novos testes laboratoriais para verificar a conformidade das especificações do Anexo I - Especificação Técnica do Objeto, bem como para fins comparativos com as amostras que foram utilizadas para os testes de aceitação da proposta na fase de licitação, podendo rejeitar os produtos antes do recebimento definitivo. Para realização dos testes, serão selecionadas amostras, de tamanhos diferentes.

7.23.1.1. As amostras selecionadas para teste e separadas serão embaladas, lacradas, rubricadas pelo representante do Contratante e da Contratada e coletadas pela Comissão de Recebimento. As amostras serão consideradas no computo dos materiais fornecidos para fins de recebimento definitivo e pagamento.

7.23.1.2. A Contratada não se obriga a repor os materiais danificados em decorrência das análises, desde que não tenha dado causa para a verificação e as amostras não sejam reprovadas;

7.23.2. Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, estar devidamente embalados, separados por tamanho, conforme ordem de fornecimento, contendo marca, fabricante, procedência e prazo de validade e acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

## Liquidação

7.24. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.24.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.27. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais

ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

## Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.35.1. No caso de empresa estrangeira será realizado o pagamento na modalidade "**Remessa em Saque**", com taxa de câmbio de fechamento PTAX do Banco Central (considerando a média das cotações de compra e venda), vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, **ou através de Carta de Crédito**, nos termos da legislação em vigor, observando-se que:

7.35.1.1. O pagamento será efetuado em Dólares dos Estados Unidos da América (US\$) ou Euros (EUR), cuja moeda será definida no momento do contrato, mediante a abertura de crédito documentário irrevogável e irretratável no banco emissor (issuing bank) Banco do Brasil S/A, em valor correspondente em Dólares dos Estados Unidos da América ou Euros, conforme o preço definido na sessão pública, considerando como proposta de preços aceita e precificada na pró-forma (proforma invoice), em obediência ao disposto na Lei Federal nº 4.320/64; na Lei Federal nº 10.192/01 c/c Decreto lei nº 857/69, adotando-se as Regras de Usos Uniformes sobre Créditos Documentários –



(UCP 600), aprovadas pela Câmara Internacional de Comércio – (ICC), c/c as Regras Uniformes para Reembolsos Bancários, amparados em créditos documentários, sendo que:

- o crédito documentário será efetuado na modalidade confirmado, irrevogável e intransferível;
- a validade do crédito documentário será suficiente para cobertura do prazo de execução definido neste Edital e seus Anexos.
- As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.
- A(s) fatura(s) pró-forma (proforma invoice) deverá(ão) ser encaminhada(s) para a Polícia Federal, no endereço citado no preâmbulo do Edital, para fins de pedido de abertura de crédito documentário.
- Todas as operações financeiras serão efetivadas pelo agente financeiro Banco do Brasil S/A, sob ordem do responsável pela conta existente para este fim, da Polícia Federal;
- O pagamento será suspenso até manifestação favorável do Banco Central do Brasil – Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e Supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais, havendo indícios de casos relacionados na Seção 2, do Capítulo 16, do Título 1 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).
- O efetivo pagamento e liquidação nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 será considerado efetivado com a autorização para o banco negociador realizar o pagamento da carta de crédito ao beneficiário ou, em hipótese alternativa, pelo depósito em conta bancária aberta no Brasil na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil.
- Na hipótese de atraso do pagamento atribuível à CONTRATADA estrangeira, com proposta em moeda estrangeira, as despesas referentes à renovação ou prorrogação do crédito documentário (carta de crédito) junto ao Banco do Brasil S/A, inclusive os referentes ao incremento da taxa cambial, no período de adimplemento, serão custeados pela CONTRATADA, sem prejuízo das respectivas sanções contratuais.

7.35.1.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, será adotada a mesma regra estipulada para o contratado nacional.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Cessão de crédito



7.39. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.39.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.40. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.1. O motivo da licitação com previsão de participação de empresas estrangeiras decorre das constatações já elencadas no Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

- 8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.7.1. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal. [Parágrafo único, art. 70, Lei 14.133/2021](#)
- 8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.13. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, vigente, para produção de material balístico pelo órgão competente do país de origem.
- 8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida

Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- I -  $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$
  - II -  $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$  e
  - III -  $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$
- 8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [[patrimônio líquido mínimo] de 5%-do [valor total estimado da contratação]
- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

- 8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor ou documento equivalente.
- 8.30. Para empresas estrangeira, na ausência de documentação mencionada acima, serão aceitos documentos equivalentes.

### Qualificação Técnica

- 8.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.31.1.1. Fornecimento de atestado de capacidade técnica de no mínimo **25%** do total do quantitativo do objeto compatível com os demais requisitos previstos neste Termo de Referência.
- 8.31.1.2. No caso de licitante ser empresa estrangeira, que não possuir atestado de capacidade técnica, poder-se-á comprovar mediante notas fiscais, invoices ou outros documentos equivalentes, após análise e aceitação da equipe técnica.
- 8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.31.5. Deverá apresentar, válido e vigente para o item 1:
- a) Atender a [NT- SENASP nº 003/2021](#)- Coletes de Proteção Balística. (Portaria n 281, de 21 de maio de 2021) que "estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para os profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade das vestimentas, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional", ou, no caso de não possuir o Certificado de Conformidade PCE para a norma suso, apresentar Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E.U.A., norma NIJ 0101.06, para os tamanhos C1 a C5, relativo à solução balística em questão e/ou publicação vigente em Site Especializado da NIJ - "[https://www.justnet.org/compliant/ballistic\\_cpl.html](https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html)", como critério de seleção do fornecedor.
- b) Autorização do Exército Brasileiro para todos os produtos que são controlados por ele, no que diz respeito à fabricação, utilização, importação, desembaraço, tráfego, comércio e representação comercial devem obedecer a legislação vigente, devendo ser apresentado documento que comprove a autorização ou os dados da empresa constar em lista do Exército das empresas autorizadas (com registro) para fabricar e produzir PCE - <http://www.dfpc.eb.mil.br/index.php/acesso-a-informacao>.

c) Para empresas estrangeiras, deverá ser apresentado documento equivalente que autoriza, licencia as atividades acima.

8.31.6. A licitante classificada em primeiro lugar deverá enviar, juntamente com a proposta, a grade de tamanhos disponíveis para avaliação da equipe técnica.

8.31.6.1. Caso a licitante não disponha da grade de tamanhos para inserção na proposta ou necessite de ajustes para adequação às necessidades do órgão, será dado prazo na própria sessão pública, de 24 horas, podendo ser prorrogado, a critério do pregoeiro, para saneamento de forma a propiciar a melhor contratação.

## 9. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

9.2. Tratam-se de bens de fornecimento estanque, cuja incidência de defeitos é sanada por meio da troca/substituição dos bens no caso de vícios constatáveis de plano ou na vigência da garantia contratual/técnica. Ademais, as etapas de recebimento provisório e definitivo são filtros aplicados cujo efeito será resguardar a Administração que não pagará pelos materiais recebidos caso constatados inconformes.

9.3. A exigência de garantia contratual configura despesa que onera a CONTRATADA e, por conseguinte, o valor dos produtos que serão adquiridos e provoca o desinteresse dos licitantes na medida em que os obriga os a incorrerem em custos e burocracia que se somam ao investimento em insumos e mão de obra para a fabricação e fornecimento dos bens.

9.4. Adicionalmente, considerando que este procedimento tem por escopo ampliar a competitividade com a admissão da participação de fornecedores estrangeiros, a exigência de emissão de garantia em território nacional para essas empresas é fator sabidamente desestimulante e complicador de sua participação e poderá anular os esforços envidados para promover a ampla competição.

9.5. Interessa à Administração a ampliação da competitividade. Por meio da concorrência obtém-se os melhores preços. Na vigência da proteção dada pelo sistema de recebimento e garantia contratual dos bens, a exigência de garantia de execução, no caso, configura-se como medida que onera os fornecedores sem prover contrapartida em proteção para a Administração, razão pela qual é dispensada.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação dos coletes é de R\$ 71.278.952,31 (setenta e um milhões, duzentos e setenta e oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e um centavos), conforme tabela acima do órgão gerenciador e participantes.

10.2. O custo estimado total da contratação de Patches Emborrachados é de R\$ 3.602.869,62 (três milhões, seiscentos e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos), conforme conforme tabela acima do órgão gerenciador e participantes.

10.3. O custo estimado total da contratação de Patches Bordados é de R\$ 4.285.585,66 (quatro milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), conforme conforme tabela acima do órgão gerenciador e participantes.

10.4. O custo total perfaz **R\$ 79.167.407,59 (setenta e nove milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta e nove centavos).**

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União
- 11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 11.3. ressalta-se que a Administração observou o disposto no art. 7º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 2022, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 13 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HOFMANN, Agente de Polícia Federal**, em 06/06/2025, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PHILIPPE BRITO DE MORAES, Agente de Polícia Federal**, em 06/06/2025, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO GUSTAVO FARIA LIMA, Agente de Polícia Federal**, em 11/06/2025, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=61285896&crc=ADB5885A](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61285896&crc=ADB5885A).

Código verificador: **61285896** e Código CRC: **ADB5885A**.